



Delta 1 Energia S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas de 2022

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
1.CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2.BASE DE PREPARAÇÃO	7
3.GESTÃO DE RISCOS.....	9
4.CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	12
5.CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
6.OUTROS CRÉDITOS.....	13
7.INVESTIMENTOS	14
8.IMOBILIZADO	14
9.EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16
10.FORNECEDORES.....	18
11.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	18
12.OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	18
13.PARTES RELACIONADAS	19
14.PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
15.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
16.CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	21
17.DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	22
18.RESULTADO FINANCEIRO	22
19.PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	22
20.INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	100	83	6.036	7.695
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.114	9.955
Dividendos a receber	13.1	256	-	-	-
Outros créditos	6	1.586	1.601	4.188	5.694
		1.942	1.684	18.338	23.344
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	32.538	37.133
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	294	337
Outros créditos	6	-	-	725	202
		-	-	33.557	37.672
Investimentos	7	96.007	97.507	-	-
Imobilizado	8	-	-	192.174	204.405
Intangível		-	-	7.808	8.431
		96.007	97.507	199.982	212.836
		96.007	97.507	233.539	250.508
Total do ativo		97.949	99.191	251.877	273.852
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	-	-	12.123	25.366
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	14.658	15.367
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	1	1	1.451	820
Passivos de arrendamentos	19	-	-	1.141	1.015
Outras obrigações	12	1.510	1.619	6.608	7.632
		1.511	1.620	35.981	50.200
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	104.278	117.644
Fornecedores	10	-	-	7.100	-
Passivos de arrendamentos	19	-	-	8.247	8.417
Outras obrigações	12	299	100	132	120
		299	100	119.757	126.181
Total do passivo		1.810	1.720	155.738	176.381
Patrimônio líquido					
Capital social	14	89.617	89.617	89.617	89.617
Adiantamento para futuro aumento de capital		500	-	500	-
Reservas de lucro		6.022	7.854	6.022	7.854
Total do patrimônio líquido		96.139	97.471	96.139	97.471
Total do passivo e patrimônio líquido		97.949	99.191	251.877	273.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	15	-	-	43.037	41.533
Custos da operação, conservação e compras	16	-	-	(32.058)	(29.985)
Lucro bruto		-	-	10.979	11.548
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	17	(73)	(43)	(2.546)	(6.597)
Outras receitas operacionais		1	-	119	(501)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(1.744)	(6.390)	-	-
		(1.816)	(6.433)	(2.427)	(7.098)
Resultado operacional		(1.816)	(6.433)	8.552	4.450
Receitas financeiras	18	184	65	4.631	2.028
Despesas financeiras	18	(200)	(68)	(12.312)	(11.051)
		(16)	(3)	(7.681)	(9.023)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.832)	(6.436)	871	(4.573)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.703)	(1.863)
Prejuízo do exercício		(1.832)	(6.436)	(1.832)	(6.436)

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(1.832)	(6.436)	(1.832)	(6.436)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(1.832)	(6.436)	(1.832)	(6.436)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

	Capital social	AFAC	Reserva de lucros		Lucro líquido (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.617	-	1.196	13.094	-	103.907
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.436)	(6.436)
Reserva de lucros	-	-	-	(6.436)	6.436	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	89.617	-	1.196	6.658	-	97.471
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500	-	-	-	500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.832)	(1.832)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(1.832)	1.832	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	89.617	500	1.196	4.826	-	96.139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.832)	(6.436)	871	(4.573)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	15.095	14.940
Resultado de equivalência patrimonial	1.744	6.390	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	11.869	10.496
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(4.632)	(2.031)
Outros	-	-	142	166
	(88)	(46)	23.345	18.998
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	1.841	6.783
Outros créditos	15	(69)	983	(619)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	(6.143)	(181)
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	1	631	(168)
Outras contas a pagar	91	(28)	(1.013)	1.777
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	18	(142)	19.644	26.590
Dividendos recebidos	-	121	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(10.085)	(9.638)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.660)	(2.035)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	18	(21)	6.899	14.917
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(2.136)	(1.128)
Integralização de capital em controladas	(501)	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	9.227	1.399
Caixa aplicado (usado) nas atividades de investimentos	(501)	-	7.091	271
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	-	-	(15.127)	(15.086)
Adiantamento para futuro aumento de capital	500	-	500	-
Arrendamento pagos	-	-	(1.022)	(974)
Caixa aplicado (usado) nas atividades de financiamentos	500	-	(15.649)	(16.060)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	17	(21)	(1.659)	(872)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83	104	7.695	8.567
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100	83	6.036	7.695

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 1 Energia S.A. (“Controladora” ou “Delta 1”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo. A Delta 1 é controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”).

Fundada em 2011, a Companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 1 e suas controladas diretas (Delta 1 I Energia S.A. “Delta 1 I”, Delta 1 II Energia S.A. “Delta 1 II” e Delta 1 III Energia S.A. “Delta 1 III”, em conjunto, chamadas de “Grupo” ou “Companhia”), localizadas nos estados do Piauí, têm capacidade total instalada para geração de 70 MW¹ de energia renovável. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 1 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 25 de abril de 2023, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Delta 1 é o real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

¹ Informação não auditada.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas (“controladas”). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas diretas e respectivas atividades agrupadas são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2022	2022
Delta 1 I	Piauí	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 1 II	Piauí	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 1 III	Piauí	Geração de energia eólica	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado – vida útil e taxas de depreciação

2.7 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas Demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado:** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37/CPC25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Omega Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 1 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 1, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;

- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, sazonalidade das receitas, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – *Enterprise Resource Planning*) que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Delta 1 e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30%) para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo).

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Delta 1 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 1 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	100	83	6.036	7.695
Clientes	5	-	-	8.114	9.955
Caixa restrito	4	-	-	32.538	37.133
Total		100	83	46.688	54.783

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 1 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 9 e 20.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. As apólices de seguros são compartilhadas com demais empresas do grupo. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nosso auditor independente.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos	48	83	2.945	4.467
Aplicações financeiras de liquidez imediata	52	-	3.091	3.228
Caixa e equivalentes de caixa	100	83	6.036	7.695
Caixa restrito	-	-	32.538	37.133
Total	100	83	38.574	44.828

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável. A prática contábil sobre reconhecimento de receitas é apresentada na Nota 16.

	Consolidado	
	2022	2021
ACL (Ambiente de Contratação Livre)		
Contabilização - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	2.278	2.532
Comercializadoras e Consumidores livres	5.836	4.260
Partes relacionadas	-	3.163
	8.114	9.955
Apresentados no ativo		
Circulante	8.114	9.955

Contas a receber ACL: representados por contas a receber de comercializadoras relativas a energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2022 e 2021, portanto, não foi necessário o registro de provisão para perdas de crédito esperadas.

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos a recuperar				
IRPJ/CSLL	4	-	1.139	1.003
PIS/COFINS	-	-	593	593
Adiantamento a fornecedores	-	-	350	380
Partes relacionadas (Nota 14)	1.582	1.601	1.188	3.328
Despesas a apropriar	-	-	81	570
Outros	-	-	1.562	22
	1.586	1.601	4.913	5.896
Apresentação no ativo				
Circulante	1.586	1.601	4.188	5.694
Não circulante	-	-	725	202

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 14.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição dos investimentos e sua movimentação:

	Controladora			
	Delta 1 I	Delta 1 II	Delta 1 III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.087	45.279	32.531	103.897
Resultado de equivalência patrimonial	(945)	(960)	(4.485)	(6.390)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.142	44.319	28.046	97.507
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(256)	-	(256)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	500	500
Resultado de equivalência patrimonial	(681)	1.079	(2.142)	(1.744)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.461	45.142	26.404	96.007

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e

representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

8.1 Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

					2022	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Imobilizado em curso	Consolidado	
					Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	194.852	7.802	80	1.671	204.405	
Adições	1.736	44	262	-	2.042	
Depreciação	(13.868)	(359)	(46)	-	(14.273)	
Transferências	1.141	36	(106)	(1.071)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	183.861	7.523	190	600	192.174	
Custo histórico	301.920	10.532	269	600	313.321	
Depreciação acumulada	(118.059)	(3.009)	(79)	-	(121.147)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	183.861	7.523	190	600	192.174	

					2021	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Imobilizado em curso	Consolidado	
					Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	208.427	8.337	541	713	218.018	
Adições	378	27	23	233	661	
Depreciação	(13.906)	(359)	(9)	-	(14.274)	
Transferências	(47)	(203)	(475)	725	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	194.852	7.802	80	1.671	204.405	
Custo histórico	299.043	10.452	113	1.671	311.279	
Depreciação acumulada	(104.191)	(2.650)	(33)	-	(106.874)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	194.852	7.802	80	1.671	204.405	

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 9 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2022 são as seguintes:

UGC	Taxas de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Delta 1	3,5%	3,9%	6,3%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo e movimentação no exercício

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Total					
Contratos BNDES	14.790	15.517	104.692	118.187	119.482	133.704
Custo de transação	(132)	(150)	(414)	(543)	(546)	(693)
Total	14.658	15.367	104.278	117.644	118.936	133.011

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2022	2021
UGC Delta 1	BNDES	Outubro/2030	mensal	TJLP + 2,18%	Conta reserva, alienação do ativo e ações	118.936	133.011

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2022 era de 3,9 anos e 7,97% a.a.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos nos exercícios é demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	147.934
Pagamento de principal	(15.086)
Encargos financeiros pagos	(9.638)
Encargos financeiros provisionados	9.635
Amortização de custo de transação	166
Saldos em 31 de dezembro de 2021	133.011
Pagamento de principal	(15.127)
Encargos financeiros pagos	(10.085)
Encargos financeiros provisionados	10.990
Amortização de custo de transação	147
Saldos em 31 de dezembro de 2022	118.936

10.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2023	15.199	8.959	24.158
2024 a 2026	45.597	19.266	64.863
2027 a 2029	45.597	8.359	53.956
2030	12.666	458	13.124
	119.059	37.042	156.101

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

10.3 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.4 Covenants financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos:

	ICSD
UGC Delta 1	≥ 1,30

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos *covenants*. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2022
Saldo de caixa ano anterior - 2021 (a)	36.928
(+) Disponibilidades 2021 (Nota 5)	7.695
(+) Caixa restrito 2021 (Nota 4)	37.133
(-) Contas reserva, serviço de dívida e O&M (¹)	(7.900)
Geração de caixa das atividades (b)	5.582
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	871
(+) Resultado financeiro	(7.681)
(+) Depreciações e amortizações	15.095
(-) IRPJ e CSLL apurados	(2.703)
Serviço da dívida (c)	25.212
Amortização de principal	15.127
Pagamento de juros	10.085
ICSD auferido ((a)+(b)) / (c)	1,69

(¹) Esse saldo faz parte da composição da rubrica "Caixa restrito" no montante de R\$ 32.538 classificado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022.

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores O&M e serviços gerais	1.185	-
Compra de energia	4.499	4.524
Contas a pagar ACR	13.539	20.842
	19.223	25.366
Apresentados no passivo:		
Circulante	12.123	25.366
Não circulante	7.100	-

Fornecedores de equipamentos: decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil dos parques eólicos.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	-	24
Tributos retidos sobre terceiros	171	183
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	68	35
Impostos a pagar	425	-
Provisões trabalhistas	787	578
	1.451	820

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Partes relacionadas (nota 14)	1.809	1.719	6.041	7.074
Serviços	-	-	568	558
Provisões diversas	-	-	131	120
	1.809	1.719	6.740	7.752
Apresentados no passivo:				
Circulante	1.510	1.619	6.608	7.632
Não circulante	299	100	132	120

13. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

13.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

13.1.1 Controladora

	2022		2021	
	Ativo circulante Outros créditos	Passivo circulante Outras obrigações	Ativo circulante Outros créditos	Passivo circulante Outras obrigações
Corporativo	1.582	10	1.601	42
UGC Delta 1	-	1.799	-	1.677
	1.582	1.809	1.601	1.719

13.1.2 Consolidado

	2022						2021	
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante		Passivo circulante	
	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	
Corporativo	-	1482	3.028	34	72	517	2.157	
OE	464	-	272	-	-	-	-	
UGC Indaiás	-	-	59	35	13	-	146	
UGC Assuruá	-	-	-	-	108	-	33	
UGC Delta 2	46	-	26	16	666	78	472	
UGC Delta 3	189	-	2.613	-	1.681	-	4.107	
UGC Delta 5	144	-	-	-	308	-	7	
UGC Delta 6	143	-	-	-	206	-	-	
UGC Delta 7	74	-	-	-	128	-	-	
UGC Delta 8	96	-	-	-	82	-	-	
UGC Serra das Agulhas	32	-	-	149	48	-	35	
Nova OD	-	-	35	-	-	-	-	
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	8	-	-	-	2	
Comercializadora	-	3.017	-	2.929	16	3.560	115	
	1.188	4.499	6.041	3.163	3.328	4.155	7.074	

13.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

13.2.1 Consolidado

	2022			2021		
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
Corporativo	96	(966)	(1.709)	838	2.111	2.598
Joint Venture Pipoca	-	-	-	-	(1)	-
UGC Assuruá	-	-	-	-	28	(9)
Nova OD	-	-	(85)	-	--	-
OE	-	-	(220)	-	--	-
UGC Delta 2	-	-	-	-	(329)	-
UGC Delta 3	-	-	-	-	(445)	3.300
UGC Delta 5	-	-	-	-	(117)	-
UGC Delta 6	-	-	-	-	(87)	-
UGC Delta 7	-	-	-	-	(102)	-
UGC Delta 8	-	-	-	-	(58)	-
UGC Gargaú	-	-	-	-	8	-
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	-	5	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	(5)	-	(7)	14
Comercializadora	-	-	61	-	-	161
	96	(966)	(1.958)	838	1.006	6.064

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, quando aplicável.

14.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$89.617, representado por 89.617.261 ações ordinárias. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração S.A.

14.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia obteve lucro, e destinou para reserva legal e 25% de distribuição mínima para pagamento de dividendos mínimos obrigatório no montante de R\$ 1.693.

Proposta da Administração	2022	2021
Resultado do exercício	(1.832)	(6.436)
(-) Reserva legal 5%	-	-
(=) Lucro líquido ajustado	(1.832)	(6.436)
Destinação dos resultados		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	(1.832)	(6.436)

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas¹ informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado	
	2022	2021
Vendas no ACR	37.415	42.596
Excedente/(déficit) CCEAR	7.302	(2.293)
Contabilização CCEE	988	2.132
Partes relacionadas	96	838
Impostos	(2.764)	(1.740)
	43.037	41.533

16. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2022	2021
Compra de energia	(49)	(12)
Depreciação e amortização	(15.068)	(14.913)
Partes relacionadas (Nota 13)	(966)	(2.101)
O&M	(11.470)	(9.668)
Encargos regulatórios	(3.160)	(2.636)
Outros	(1.345)	(655)
	(32.058)	(29.985)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2022	2021
Despesas de pessoal	(1.893)	(5.712)
Depreciação e amortização	(27)	(27)
Serviços de consultoria, auditoria	(64)	(128)
Propaganda e publicidade	(27)	(12)
Serviços de terceiros	(164)	(540)
Outras	(371)	(178)
	(2.546)	(6.597)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	4.631	2.031
Outras receitas	-	-
Pis e cofins sobre receitas financeiras	-	(3)
	4.631	2.028
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.990)	(9.635)
Custo de transação	(147)	(166)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(874)	(861)
Comissão sobre fiança	-	(114)
Variação cambial	42	-
Outras receitas (despesas)	(343)	(275)
	(12.312)	(11.051)
	(7.681)	(9.023)

19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	2022	2021
			Passivos de arrendamentos	Passivos de arrendamentos
Delta 1	1,67	2043	9.388	9.432
Total			9.388	9.432
Apresentados no passivo:				
			1.141	1.015
			8.247	8.417

De acordo com a Nota 2.5, a Companhia revisou a taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, sendo apresentado a seguir, um resumo das taxas utilizadas para cada UGC:

UGC	%
Delta 1	9,45

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.545
Juros incorridos sobre o passivo	861
Pagamento de arrendamentos	(974)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.432
Juros incorridos sobre o passivo	874
Pagamento de arrendamentos	(918)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.388

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2022	2021	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	6.036	7.695	A
Caixa restrito	32.538	37.133	A
Clientes	8.114	9.955	A
Empréstimos e financiamentos	118.936	133.011	A
Fornecedores	19.223	25.366	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixados, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 1 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 1 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Delta 1 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1